ISSN: 2358-8829

VIOLÊNCIA DE GÊNERO E FEMINICÍDIO NA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS: REFLEXÕES A PARTIR DA MÚSICA ROSAS

Ana Paula Soares de Lima [1]
Késia de Lima Costa Fernandes [2]
Silvio César Lopes da Silva [3]

INTRODUÇÃO

A violência de gênero e o feminicídio constituem problemas sociais que afetam mulheres de diferentes idades, classes sociais e contextos. A violência contra as mulheres pode ocorrer de diferentes formas, como física, psicológica, sexual, moral e patrimonial, podendo estar presente em situações de controle, ciúme, ameaças, humilhações, dependência econômica e outras formas de desigualdade. Muitas dessas situações acabam sendo naturalizadas no cotidiano, o que pode dificultar seu reconhecimento e o rompimento de relações violentas. Nesse sentido, discutir a violência de gênero é também discutir relações de poder, desigualdade, direitos e formas de prevenção.

A escola, enquanto espaço de formação e convivência social, pode contribuir para a reflexão sobre essas questões. No caso da Educação de Jovens e Adultos (EJA), essa discussão possui uma importância particular, considerando que seus estudantes possuem diferentes trajetórias pessoais, familiares, profissionais e sociais. São sujeitos que trazem para o espaço escolar conhecimentos e experiências construídos ao longo da vida, que podem ser relacionados aos conteúdos e às questões sociais trabalhadas em sala de aula. Assim, a EJA pode constituir um espaço de diálogo sobre situações que fazem parte da realidade dos estudantes, contribuindo para a formação cidadã, o conhecimento de direitos e a reflexão sobre as relações sociais. A abordagem da violência de gênero e do feminicídio no espaço escolar não deve se limitar à transmissão de informações. É necessário criar possibilidades para que os estudantes possam dialogar, questionar situações de desigualdade e reconhecer diferentes formas de violência presentes nas relações sociais e afetivas. Nesse processo, o professor possui um papel importante na

[1] Graduanda do Curso de Pedagogia da Universidade Estadual da Paraíba _ UEPB, anapaulasoaresdelima@gmail.com
[2] Graduanda do Curso de Pedagogia da Universidade Estadual da Paraíba – UEPB, kesialimacst@gmail.com
[3] Professor da educação Básica no Estado da Paraíba. Doutor e mestre em educação. Professor Adjunto da Universidade Estadual de Alagoas – UNEAL, sclop34@gmail.com

ISSN: 2358-8829

mediação das discussões, buscando desenvolver práticas que considerem a realidade da turma e que possibilitem a participação dos estudantes.

Entre os recursos que podem ser utilizados para abordar questões sociais, destaca-se a música. Por fazer parte do cotidiano de muitas pessoas, a música pode aproximar o conteúdo escolar das experiências e dos conhecimentos dos estudantes, além de possibilitar discussões sobre temas presentes na sociedade. Nessa perspectiva, a canção "Rosas", interpretada pelo grupo de rap Atitude Feminina, apresenta uma narrativa relacionada à violência doméstica, ao controle, à dependência e às relações abusivas. A música retrata uma situação de violência vivenciada por uma mulher e permite refletir sobre como diferentes formas de agressão podem se desenvolver e se intensificar ao longo de uma relação.

A escolha da canção "Rosas" como ponto de partida para esta pesquisa está relacionada à possibilidade de utilizar a música como recurso para discutir a violência contra as mulheres de maneira acessível e próxima da realidade social. A canção também permite abordar questões como machismo, desigualdade, relações de poder, controle e ciclo da violência, possibilitando que esses assuntos sejam problematizados no contexto da EJA. Diante disso, este trabalho tem como objetivo analisar as possibilidades de abordagem da violência de gênero e do feminicídio na Educação de Jovens e Adultos, tomando como referência a música "Rosas". Busca-se também compreender as percepções e experiências de professores da EJA sobre a abordagem dessa temática em sala de aula, identificando as práticas pedagógicas utilizadas, os recursos mobilizados, as dificuldades encontradas e as possibilidades de discussão sobre a violência contra as mulheres no espaço escolar.

Para alcançar esses objetivos, foi realizado um levantamento bibliográfico sobre violência de gênero, relações de poder, educação e EJA, além da aplicação de um questionário, por meio do Google Forms, com professores que atuam na Educação de Jovens e Adultos. As respostas foram analisadas qualitativamente e relacionadas às discussões apresentadas no referencial teórico e à proposta de utilização da música "Rosas" como recurso pedagógico.

METODOLOGIA

A presente pesquisa fundamenta-se em uma abordagem qualitativa, compreendida não apenas como uma escolha de técnicas, mas como uma postura epistemológica que

ISSN: 2358-8829

busca compreender em profundidade os significados que os sujeitos atribuem às suas experiências e ao mundo social. Nesse sentido, o estudo adota uma perspectiva crítico-dialética, entendendo que a realidade educacional é histórica e socialmente construída, e que a análise dos fenômenos deve considerar as contradições e as possibilidades de transformação inerentes às práticas educativas.

Para tanto, o percurso metodológico foi organizado em duas etapas complementares. Inicialmente, realizou-se um levantamento bibliográfico com o objetivo de construir o referencial teórico e delimitar as categorias de análise. Foram consultadas obras e estudos relativos à violência de gênero e às relações de poder, com destaque para Saffioti (2015) e Kollontai (2011); à educação como prática transformadora e dialógica, a partir de Freire (2016); e às especificidades dos sujeitos da Educação de Jovens e Adultos, com Arroyo (2017). A escolha desses autores não foi aleatória: ela reflete a compreensão de que a EJA é constituída por sujeitos marcados por trajetórias de exclusão e negação de direitos, cujas vivências de gênero, classe e raça se entrelaçam. Nesse contexto, a escola deixa de ser apenas um espaço de transmissão de conteúdos e passa a ser concebida como locus privilegiado de problematização das relações sociais e de promoção de uma consciência crítica sobre a violência de gênero.

A segunda etapa consistiu na coleta de dados por meio de um questionário aplicado a 9 professores que atuam na EJA, utilizando a plataforma Google Forms. O instrumento foi composto por questões abertas e semiabertas, organizadas em eixos temáticos que buscaram apreender: (i) as percepções dos docentes sobre a relevância de abordar a violência de gênero e o feminicídio no espaço escolar; (ii) suas experiências prévias com a temática; (iii) as possibilidades e os desafios encontrados para trabalhá-la em sala de aula; e (iv) as práticas pedagógicas e os recursos utilizados para promover reflexões sobre questões sociais. A opção pelo questionário online justificou-se pela necessidade de alcançar os participantes em diferentes contextos e respeitar suas disponibilidades, sem, contudo, perder de vista a profundidade das respostas, uma vez que o instrumento continha campos abertos que permitiam aos docentes expressarem suas percepções com liberdade.

Para a análise dos dados, adotou-se a Análise de Conteúdo, na perspectiva de Laurence Bardin (2011), por se tratar de uma técnica que permite organizar e sistematizar o material textual, possibilitando a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção das mensagens. O processo analítico foi desenvolvido em três fases: (1) pré-

ISSN: 2358-8829

análise, com a leitura flutuante do material e a organização do corpus de respostas; (2) exploração do material, com a codificação das unidades de registro e a definição de categorias temáticas emergentes e a priori, a saber: "percepções sobre a violência de gênero na EJA", "desafios pedagógicos e institucionais" e "práticas e recursos didáticos"; e (3) tratamento dos resultados e interpretação, momento em que os dados foram confrontados com o referencial teórico, buscando estabelecer relações entre as falas dos professores e as discussões sobre gênero, poder e educação emancipatória.

A análise considerou, ainda, as especificidades dos sujeitos da EJA e o papel do professor como mediador de reflexões sobre questões socialmente sensíveis. Como destaca Arroyo, os jovens e adultos da EJA não são "acidentados ocasionais", mas sujeitos que carregam histórias coletivas de negação de direitos. Nesse sentido, a abordagem da violência de gênero nesse contexto exige uma pedagogia que reconheça esses saberes prévios e as vivências dos educandos, articulando o conteúdo escolar às suas realidades. A perspectiva freireana da educação como prática de liberdade foi, portanto, fundamental para interpretar as possibilidades e os limites apontados pelos docentes, bem como para compreender a escola como espaço de contradição e de potencial transformação.

Por fim, a validade e a confiabilidade do estudo foram buscadas por meio da coerência entre os procedimentos metodológicos, o referencial teórico e os objetivos da pesquisa, bem como pela explicitação clara dos passos seguidos na coleta e na análise dos dados. Reconhece-se que a pesquisa qualitativa não almeja a neutralidade axiológica, mas sim a explicitação dos valores e das escolhas do pesquisador, que se colocam a serviço da compreensão de uma realidade social complexa e da produção de conhecimentos que possam contribuir para a transformação das práticas educativas voltadas à EJA.

VIOLÊNCIA DE GÊNERO

A violência de gênero está presente no cotidiano e pode ocorrer de diferentes formas, como violência física, psicológica, sexual, moral e patrimonial. Ela acontece quando uma pessoa sofre violência ou é colocada em uma situação de desigualdade em razão das relações sociais construídas em torno do gênero. No caso das mulheres, pode se manifestar, por exemplo, por meio de ameaças, humilhações, controle, violência sexual, restrição da autonomia e dependência econômica.

ISSN: 2358-8829

Para compreender esse fenômeno, é necessário considerar as relações de poder presentes entre homens e mulheres. Saffioti (2015) destaca que as violências não devem ser compreendidas de maneira isolada, pois diferentes formas de violência podem estar relacionadas. Segundo a autora, “as violências física, sexual, emocional e moral não ocorrem isoladamente” (Saffioti, 2015, p. 79). Dessa forma, uma situação de violência pode envolver, ao mesmo tempo, agressões, ameaças, controle e outras formas de submissão.

A autora também aponta que a violência de gênero está relacionada à manutenção de relações de poder e dominação. Nesse contexto, a ameaça de agressões pode funcionar como um mecanismo de sujeição das mulheres aos homens (Saffioti, 2015). A violência, portanto, não se limita ao momento da agressão física, podendo também ocorrer por meio de práticas que restringem a liberdade e a autonomia das mulheres.

O mesmo autor, ainda chama atenção para o fato de que a violência de gênero não está restrita a uma determinada classe social. Segundo a autora, “a violência de gênero, especialmente em suas modalidades doméstica e familiar, ignora fronteiras de classes sociais” (Saffioti, 2015, p. 87-88). Além disso, gênero, raça/etnicidade e classe social constituem eixos estruturantes da sociedade, fazendo com que as experiências de violência sejam atravessadas por diferentes condições sociais.

Essa discussão também pode ser relacionada às contribuições de Kollontai (2011). Ela problematiza as relações entre os sexos e os valores tradicionais presentes nas relações afetivas. Aqui, as desigualdades entre os sexos e a ideia de propriedade de um indivíduo sobre o outro contribuem para a manutenção de relações marcadas pela submissão. Nesse sentido, a autora afirma que a crise sexual é agravada pela “ideia do direito de propriedade de um ser sobre o outro” e pelo “preconceito secular da desigualdade entre os sexos”.

A contribuição de Kollontai (2011) permite compreender que determinadas formas de controle dentro das relações afetivas não são apenas questões individuais, mas também estão relacionadas a valores e concepções sociais construídas historicamente. Quando o relacionamento passa a ser marcado pela ideia de posse, pela desigualdade e pela restrição da autonomia, podem ser criadas condições para diferentes formas de violência.

Nesse contexto, o feminicídio pode ser compreendido como uma expressão extrema da violência de gênero. A Lei nº 11.340/2006, conhecida como Lei Maria da Penha, reconhece diferentes formas de violência contra a mulher, entre elas a física,

ISSN: 2358-8829

psicológica, sexual, patrimonial e moral. A compreensão dessas diferentes manifestações é importante porque a violência extrema não surge de forma isolada, podendo estar relacionada a um processo anterior de controle, ameaças, agressões e outras formas de violação dos direitos das mulheres.

Assim, discutir violência de gênero e feminicídio exige considerar não apenas a agressão em si, mas também as relações de desigualdade e poder que podem contribuir para sua ocorrência e manutenção. Essa compreensão é especialmente importante no campo educacional, pois possibilita problematizar valores e comportamentos naturalizados e criar espaços de diálogo sobre respeito, igualdade, autonomia e direitos das mulheres.

A EJA E A FORMAÇÃO CIDADÃ: EDUCAÇÃO COMO PRÁTICA TRANSFORMADORA

O espaço escolar configura-se como um espaço de reflexão social e de construção coletiva do conhecimento, no qual educadores e educandos devem dialogar para além dos conteúdos propostos pelo ensino regular, relacionando a realidade dos sujeitos às experiências que fazem parte de suas trajetórias, possibilitando outras formas de compreender o mundo. Essa concepção assume especial relevância na Educação de Jovens e Adultos (EJA), uma vez que seus estudantes trazem consigo experiências de vida, saberes construídos no trabalho, no meio familiar e na comunidade onde vive, que devem ser reconhecidos como elementos constitutivos do processo educativo. Nessa perspectiva, a escola não se limita à transmissão de conhecimentos, mas constitui-se como um espaço de diálogo, reflexão e desenvolvimento crítico.

No livro Pedagogia do Oprimido, Freire (2016, p.70), compreende que o ato educativo ocorre na interação entre os sujeitos e o mundo ao afirmar que: ‘ninguém educa ninguém, ninguém educa a si mesmo, os homens se educam entre si, mediatizados pelo mundo’. Essa compreensão rompe com a concepção tradicional de ensino e reafirma que o conhecimento é construído de forma coletiva, tendo como ponto de partida a realidade concreta dos educandos. Na EJA, essa perspectiva possibilita que os conteúdos escolares sejam articulados às vivências dos estudantes, favorecendo aprendizagens mais

significativas e socialmente contextualizadas. Desse modo, a formação cidadã constitui uma dimensão importante da prática educativa.

Para o autor, educar significa desenvolver nos sujeitos a capacidade de compreender criticamente as condições históricas, políticas econômicas e culturais que influenciam suas vidas. Na EJA, essa formação torna-se ainda mais necessária, considerando que muitos estudantes vivenciaram processos de exclusão escolar e social. Quando se promove a leitura crítica da realidade, a escola contribui para que esses sujeitos reconheçam seus direitos, fortaleçam sua autonomia e ampliem sua participação em sua nas decisões que fazem parte do cotidiano. A prática pedagógica escolar desenvolvida na EJA, favorece a valorização das histórias de vida dos estudantes, reconhecendo-os como sujeitos históricos capazes de produzir conhecimentos e transformar sua própria realidade. Nesse sentido, a educação também constitui um processo de emancipação humana e esta resulta na práxis, entendida como a unidade entre reflexão e ação transformadora. Dessa forma,

> A realidade social, objetiva, que não existe por acaso, mas como produto da ação dos homens, também não se transforma por acaso. Se os homens são os produtores desta realidade e se está, na ‘’inversão da práxis’’, se volta sobre eles e os condiciona, transformar a realidade opressora é tarefa histórica, é tarefa dos homens (Freire,2016, p.74).

Nesse sentido, não basta apenas que os estudantes compreendam criticamente a realidade, mas deve-se agir sobre ela de forma consciente, comprometida com a construção de uma sociedade mais democrática e socialmente justa.

O DIÁLOGO ENTRE A REALIDADE SOCIAL E O CURRÍCULO DA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS

A EJA atende sujeitos com trajetórias marcadas por experiências sociais, culturais e profissionais diversas. Muitos retornam à escola após afastamentos motivados por trabalho, responsabilidades familiares, desigualdades sociais e, no caso das mulheres, pela maternidade e pela desigualdade de gênero e de renda. Compreender quem são esses sujeitos é condição para práticas pedagógicas que considerem sua realidade e suas necessidades.

Arroyo (2017) adverte que os estudantes da EJA não devem ser definidos pela ausência de escolarização, mas reconhecidos como portadores de conhecimentos

ISSN: 2358-8829

construídos ao longo da vida; para o autor, as experiências sociais produzem saberes que precisam integrar o currículo escolar. A escola torna-se, assim, espaço de diálogo entre conhecimento escolar e saberes cotidianos. Essa perspectiva converge com Freire (2016), para quem a educação se funda no diálogo, na problematização e na criticidade diante da realidade.

Entre as questões sociais que emergem desse diálogo, destacam-se as desigualdades de gênero e a violência contra as mulheres, incluindo o feminicídio como expressão extrema de uma estrutura social marcada pela desvalorização feminina. Saffioti (2015) demonstra que a violência de gênero não é episódica, mas constituinte de relações patriarcais que atravessam instituições e práticas sociais. Discutir o feminicídio na EJA permite ampliar a compreensão sobre relações de poder e sobre os modos pelos quais as mulheres são historicamente posicionadas em situação de inferiorização — no trabalho, no espaço doméstico e nas relações afetivas.

Dessa forma, o feminicídio representa o extremo de uma cadeia que inclui violências psicológica, moral, patrimonial, sexual e física. Abordar essa temática no espaço formativo fortalece a relação entre conhecimento escolar e vida cotidiana, contribuindo para uma educação comprometida com a transformação social.

MÚSICA COMO FERRAMENTA PEDAGÓGICA: A CANÇÃO ROSAS

A música "Rosas", do grupo Atitude Feminina, configura-se como narrativa artística sobre o ciclo da violência doméstica em contextos de vulnerabilidade social. Lançada em 2006, a canção retrata, por meio da trajetória de uma personagem, a progressão de agressões que se iniciam com controle e ciúme e culminam em feminicídio. A letra evidencia como dependência financeira, submissão afetiva, medo e esperança de mudança contribuem para a permanência em relações abusivas, especialmente entre mulheres periféricas, sem que isso signifique restringir o fenômeno a esse grupo.

Saffioti (2015) demonstra que a violência de gênero se sustenta em relações patriarcais historicamente construídas, que naturalizam a subordinação feminina e atravessam diferentes classes e territórios. Nesse sentido, a canção ultrapassa a dimensão musical e assume caráter de denúncia social ao tornar pública uma experiência frequentemente silenciada.

A narrativa acompanha a personagem desde a infância, quando presencia a violência do pai contra a mãe, até a repetição do ciclo em seu próprio relacionamento.

Essa continuidade intergeracional ilustra como experiências familiares moldam percepções sobre relações afetivas. A dificuldade de ruptura aparece na letra por meio das promessas de mudança do agressor, do isolamento e da dependência emocional e econômica — elementos que dificultam o reconhecimento da violência e a busca por apoio.

A canção é relevante para a Educação de Jovens e Adultos (EJA) precisamente porque os sujeitos dessa modalidade carregam trajetórias marcadas por desigualdades de gênero, classe e raça, e a escola pode constituir espaço de problematização dessas vivências. A Lei nº 11.340/2006 (Lei Maria da Penha) reconhece as violências física, psicológica, sexual, patrimonial e moral como formas de violência doméstica, e a discussão dessas categorias a partir da música pode ampliar a compreensão dos estudantes sobre controle, agressão e desigualdade nas relações sociais.

RESULTADO E DISCUSSÃO

A abordagem da violência de gênero e do feminicídio na Educação de Jovens e Adultos (EJA), bem como o conhecimento das percepções e experiências docentes sobre essa problemática, evidencia a escola como espaço de construção de conhecimentos, reflexões e práticas de prevenção à violência contra as mulheres. Os resultados indicam a necessidade de abordagens lúdicas, acessíveis, objetivas e contextualizadas à realidade dos estudantes, favorecendo participação, diálogo e problematização do cotidiano.

Participaram da pesquisa 9 professores da EJA. Quanto ao tempo de atuação, 55,6% têm mais de 10 anos de experiência, 22,2% possuem de 1 a 5 anos e 22,2% têm menos de 1 ano. Sobre a abordagem prévia do tema em sala, 66,7% afirmaram já tê-lo trabalhado e 33,3% ainda não; todos, porém, consideraram importante discuti-lo na EJA, justificando a relevância por aspectos como conscientização, conhecimento de direitos, prevenção, ética, cidadania e relação com a realidade dos estudantes.

Todos os participantes consideraram a sala de aula espaço de reflexão sobre questões sociais e valorizaram as experiências e os conhecimentos dos estudantes, mencionando conversas sobre o cotidiano, debates, projetos, vídeos, depoimentos e ações da coordenação da EJA. Todos também manifestaram interesse em desenvolver a temática em suas práticas, citando como estratégias conversas informais, vídeos,

ISSN: 2358-8829

reportagens, metodologias ativas, leituras, projetos, análise de dados estatísticos, relatos dos estudantes, situações do bairro, notícias midiáticas, rodas de conversa e debates.

Apesar do interesse, foram identificadas dificuldades: medo da reação dos estudantes (44,4%), falta de formação (33,3%), falta de recursos e medo da reação da comunidade (22,2%), além da necessidade de materiais mais práticos e de formação específica (11,1%). Nenhum participante apontou a falta de tempo como dificuldade. Quanto à percepção de situações de violência entre estudantes, 77,8% afirmaram já tê-las percebido, o que reforça a importância de espaços de diálogo na EJA. Sobre temas que gostariam de abordar, mas ainda não o fizeram, surgiram violência doméstica, física e psicológica, alienação parental, segurança e prevenção; uma resposta destacou que a possibilidade depende da abertura da turma.

Sobre recursos pedagógicos, filmes e documentários foram os mais citados (88,9%), seguidos de música, notícias/reportagens e dinâmicas/rodas de conversa (77,8% cada), literatura (44,4%), obras de arte (33,3%) e estudos de caso (22,2%); 11,1% afirmaram não utilizá-los. A música "Rosas", do grupo Atitude Feminina, dialoga com essas práticas, sobretudo porque 77,8% dos professores utilizam música como recurso, permitindo discutir violência, controle, desigualdade e relações abusivas como ponto de partida para o diálogo.

Trabalhar a prevenção do feminicídio não significa atribuir às mulheres a responsabilidade pela própria proteção, mas promover a compreensão coletiva de que o enfrentamento da violência de gênero é responsabilidade de toda a sociedade. Cabe à escola formar sujeitos capazes de reconhecer, questionar e combater comportamentos violentos e discriminatórios, de modo que o estudante aprenda, reflita e compartilhe conhecimentos; o docente atue como mediador que informa, problematiza e promove o diálogo; e o cidadão reconheça situações de violência, acolha, oriente, denuncie quando possível e seguro e participe da construção de relações baseadas no respeito e na igualdade.

Os comentários finais dos professores reforçaram a importância da discussão, apontando a necessidade de fortalecer o estudo da temática nas turmas, criar meios de apoio aos estudantes em situação de violência e desenvolver ações como palestras. Os resultados indicam, portanto, reconhecimento da relevância do tema na EJA, mas também dificuldades relacionadas ao receio da reação dos estudantes, à falta de formação e à escassez de recursos. A abordagem do feminicídio e da violência de gênero na EJA não

ISSN: 2358-8829

se limita à transmissão de informações: envolve conscientização, diálogo e reflexão sobre situações presentes na sociedade, contribuindo para a prevenção das diferentes formas de violência e para a construção de relações baseadas no respeito, na igualdade e na dignidade humana.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa possibilitou refletir sobre a importância de abordar a violência de gênero e o feminicídio na Educação de Jovens e Adultos (EJA), considerando a escola como espaço de diálogo, conscientização e formação cidadã. O levantamento bibliográfico e as respostas dos professores indicaram que a temática é reconhecida como relevante para a realidade dos estudantes e para a discussão de questões sociais do cotidiano.

Todos os professores participantes consideram importante discutir o tema em sala e demonstraram interesse em desenvolvê-lo em suas práticas. Ao mesmo tempo, foram identificadas dificuldades, sobretudo o receio da reação dos estudantes, a falta de formação e a falta de recursos, o que evidencia a necessidade de condições e apoio para que os docentes trabalhem essas questões com segurança e recursos adequados. Os professores utilizam diferentes estratégias para promover discussões sociais, como filmes, documentários, músicas, reportagens, leituras, projetos, debates e rodas de conversa. Nesse contexto, a música "Rosas", do grupo Atitude Feminina, apresenta-se como possibilidade de recurso pedagógico, pois sua narrativa aborda controle, ciúme, dependência, violência doméstica e relações abusivas, aproximando a discussão da realidade social dos estudantes.

A pesquisa reforçou a importância de considerar os estudantes da EJA como sujeitos com experiências e conhecimentos construídos ao longo da vida. Assim, discutir violência de gênero e feminicídio não deve se limitar à apresentação de conceitos, mas abrir espaço para o diálogo, a reflexão e o reconhecimento dos direitos das mulheres, contribuindo para questionar comportamentos naturalizados de violência e desigualdade e fortalecer relações baseadas no respeito e na igualdade.

Conclui-se que a abordagem da violência de gênero e do feminicídio na EJA é relevante tanto para a formação escolar quanto para a formação cidadã. Recursos como a música podem favorecer discussões próximas da realidade dos estudantes e ampliar

formas de participação, servindo como ponto de partida para problematizar a violência contra as mulheres e refletir sobre prevenção e enfrentamento. Por fim, evidencia-se a necessidade de ampliar os espaços de discussão sobre o tema na EJA, fortalecendo práticas pedagógicas que valorizem o diálogo, as experiências dos estudantes e o conhecimento de seus direitos, contribuindo para uma educação comprometida com o respeito, a igualdade e a dignidade humana.

Referências bibliográficas

ARROYO, M. G. **Passageiros da noite:** do trabalho para a EJA: itinerários pelo direito a uma vida justa. Petrópolis: Vozes, 2017.
ATITUDE FEMININA. **Rosas**. YouTube, [S. l.], [s. d.]. Disponível em: https://youtu.be/AJCrOpvCPN0.
BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2011.
BRASIL. **Lei Maria da Penha.** Lei n. 11.340/2006. Coíbe a violência doméstica e familiar contra a mulher. Presidência da República, 2006.
FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia:** saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 2016.
FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido.** 60. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2016.
KOLLONTAI, Alexandra. **A mulher e a moral sexual**. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2011.
SAFFIOTI, H I. B. **Gênero, patriarcado, violência.** 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2015.